

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018 – COMUSA EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

**A COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO**, pessoa jurídica de direito público interno, sob a forma de Autarquia Municipal, sediada em Novo Hamburgo/RS, com cadastro fiscal no CNPJ/MF sob nº. 09.509.569/0001-51, em conformidade com a legislação pertinente, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico, do tipo menor valor unitário por item**, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), de conformidade com as disposições das Leis Federais nº. 8.666/93 e 10.520/02, Decretos Municipais nº. 2.159/05 e 2.220/05, e Lei Complementar nº. 123/2006, pelo que dispõe no presente Edital as condições de sua realização.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018</b>	<b>Requisição nº. 220/2018</b>
---------------------------------------	--------------------------------

<b>Tipo de Licitação:</b> MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM	<b>Regência:</b> Leis Federais nº. 8.666/93 e 10.520/02, Decretos Municipais nº. 2.159/05 e 2.220/05 e Lei Complementar nº. 123/2006.
--	---

**ESTA LICITAÇÃO É PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

### **1 – LOCAL, DATA E HORA**

- 1.1. A sessão pública será realizada no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no **dia 01 de novembro de 2018, com início às 13:30 horas**, horário de Brasília – DF.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no subitem 1.1, até às 13:29 horas do mesmo dia.
- 1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

### **2 – OBJETO**

- 2.1. O objeto desta licitação é a **aquisição de inversores de frequência com a finalidade de substituir ou constituir peças sobressalentes às unidades existentes em Estações vinculadas aos processos do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) da COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo**, conforme as quantidades e especificações descritas no ANEXO I – Termo de Referência.

### **3 – PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Somente poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas interessadas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

3.5. Não será admitida a participação de empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

3.6. A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou do site [www.comusa.rs.gov.br](http://www.comusa.rs.gov.br), no link Institucional - Licitações ou, ainda, diretamente na Coordenação de Suprimentos da COMUSA, situada na Avenida Coronel Travassos, nº. 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS.

#### **4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a COMUSA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).

4.3.1. A ausência de declaração, naquele momento impossibilitará a participação neste Pregão, visto que o mesmo é exclusivo para participação de empresas desta natureza.

#### **5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no subitem 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

a) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas

casas decimais:

**I – Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros.**

- b) marca do produto ofertado;
  - c) produtos ofertados em conformidade com todas as especificações do ANEXO I deste Edital;
  - d) inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, transporte e descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
  - e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
  - f) prazo de entrega conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações, conforme a necessidade da Administração.
- 5.6. Poderão ser admitidos, pelo(a) Pregoeiro(a), erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

## **6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

6.1. O(A) Pregoeiro(a) dará início à Sessão Pública através do sistema eletrônico na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item (**menor valor unitário por item**).

## **7 – FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que os demais licitantes serão imediatamente informados do recebimento da proposta e do seu respectivo valor.
- 7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada no mesmo dia mediante aviso pelo sistema, o qual estipulará aleatoriamente determinado período de tempo, até 30 (trinta) minutos, para a proposição dos últimos lances. Findo este período, é encerrada automaticamente a recepção de lances.
- 7.7. A etapa de lances não permite registro de valores iguais, contudo no momento do registro da proposta inicial, esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e se verifique a existência de propostas com valores iguais, o(a) Pregoeiro(a) designará data e horário para o sorteio público para definição da ordem de classificação, sendo o resultado do sorteio informado no sistema.
- 7.8. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.9. Após o fechamento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.9.1. Para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a), a proposta não poderá ultrapassar o valor estimado pela COMUSA à contratação no que tange ao valor unitário do(s) item(ns) e o(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) atender todas as condições do Edital e seus Anexos.

7.10. Após o comunicado do(a) Pregoeiro(a), o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 9 deste Edital, **no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis**, com encaminhamento do original ou cópia autenticada. Os documentos emitidos via Internet poderão ser verificados pela Administração, quanto a sua autenticidade e validade, mediante pesquisa nas respectivas páginas.

7.10.1. **Também deverá ser enviada a proposta assinada com o último lance ofertado no certame, contendo o valor unitário e total do item.**

7.10.2. Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados do(a) PREGOEIRO(A) para o seguinte endereço: Av. Coronel Travassos, nº. 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, CEP nº.: 93.415-000.

7.10.3. A critério do(a) Pregoeiro(a), o prazo referido no subitem 7.10 poderá ser prorrogado.

## **8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. Após análise da proposta e documentação, o(a) Pregoeiro(a) anunciará o(s) licitante(s) vencedor(es).

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o(s) licitante(s) vencedor(es) desatender(em) às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

## **9 – HABILITAÇÃO**

9.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Da qualificação jurídica:

**a.1)** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**a.2)** Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

**a.3)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**a.4)** Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública;

a.4.1) No caso de Microempreendedor Individual: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito na alínea “a.4”;

**b)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa de Dívida Ativa da União) e relativa à Seguridade Social (INSS);

**d)** Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários, quando houver esta distinção), da jurisdição fiscal da empresa licitante, na forma da lei;

**d.1)** Havendo no Município Certidões Negativas de Débito Mobiliário e Imobiliário, a licitante deverá apresentar ambas. No caso de não possuir Certidão Imobiliária, a licitante deverá apresentar comprovante do órgão municipal de que não possui imóvel no local;

**d.2)** Havendo no Estado/Município Certidões Negativas de Débito Inscritos e Não Inscritos em Dívida Ativa, a licitante deverá apresentar ambas, quando houver esta distinção;

**e)** Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**g)** Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor ou vara especializada da Comarca da sede da empresa;

**h)** Com exceção do documento relacionado na alínea “a.4”, fica dispensada a apresentação dos documentos elencados pelas alíneas “a” à “g” mediante apresentação do competente Certificado de Registro Cadastral no Cadastro Geral de Licitantes da COMUSA, atualizado e com todos os prazos de validade dos documentos e certidões exigidos em pleno vigor;

**i)** Declaração assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei, de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme modelo que integra o **ANEXO II**, deste Edital;

**j)** Declaração assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme modelo que integra o **ANEXO III**, deste Edital;

**k)** Atestado(s) de aptidão técnica, contendo assinatura do emitente, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante é fornecedor de produtos da mesma natureza ao da presente licitação, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outra forma que permita consulta com as empresas declarantes.

**l)** Termo de garantia assinado pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei, conforme modelo que integra o **ANEXO IV**, deste Edital;

**m)** Anexar à documentação técnica exigida no **ANEXO I**, se houver tal exigência;

9.2. O licitante vencedor que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos ou apresentar documento com prazo expirado, será julgado inabilitado.

## **10 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir no prazo de 02 (dois) dias úteis sobre eventuais impugnações.

10.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

## **11 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Caberá recurso nos casos previstos em lei, devendo o licitante **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões após a declaração do vencedor.

11.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo(a) Pregoeiro(a).

11.2. Caso a intenção motivada de recurso seja aceita pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio

de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a consequente adjudicação do objeto ao vencedor do certame.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, ou que contenham vícios insanáveis, bem como os encaminhados por fax, correio ou entregues pessoalmente.

11.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, nos termos desta licitação, aquele que, aceitando sem objeção, venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. A adjudicação em favor do(s) licitante(s) vencedor(es) será feita pelo(a) Pregoeiro(a) no final da sessão e registrada em ata, após recebido o envelope contendo a documentação mencionada na habilitação e na proposta.

12.2. Em caso de recurso, a adjudicação será procedida pela autoridade competente mencionada no subitem 12.3.

12.3. A homologação da adjudicação do(s) item(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es) será feita pela autoridade competente, após o recebimento do processo licitatório concluído pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

## **13 – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

13.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, em especial as descritas no **ANEXO I** e em consonância com a proposta de preços.

13.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela COMUSA.

13.3. Arcar com eventuais prejuízos causados a COMUSA e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

13.4. Arcar com todas as despesas com transporte e descarga, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por sua conta exclusiva.

## **14 – EMPENHO E DO CONTRATO**

14.1. O instrumento de contrato será substituído por nota de empenho de despesa, conforme faculta o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, para a aquisição dos itens.

14.2. Homologada a licitação, a Coordenação de Suprimentos convocará o licitante vencedor para aceitar o empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expressa e formal.

14.3. Caso a empresa adjudicatária não aceite o empenho, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação, sem prejuízo da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93 ao licitante vencedor desistente, impondo-se neste caso, a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho.

## **15 – PRAZO**

15.1. O objeto licitado será entregue em até **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da

data de recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## **16 – DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

16.1. O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente pelo Almojarife no local onde deve ser efetuada a entrega, quando o material for de difícil conferência. O recebimento definitivo poderá ser feito em até 3 (três) dias úteis após a entrega.

16.2. A contratação somente será considerada concluída mediante o recebimento definitivo, expedido por servidor designado pela COMUSA.

16.3. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo a ser definido pela Equipe Técnica da COMUSA, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei de Licitações e no Código do Consumidor.

16.4. A contratada deverá entregar o bem no local determinado no ANEXO I do Edital.

## **17 – PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo do produto nas instalações da COMUSA e do atesto da nota fiscal/fatura pelo Gestor;

17.2. Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias da data programada para o pagamento, será procedido a título de compensação financeira o pagamento de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 1% (um por cento) de juros ao mês.

17.3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Fatura contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

17.4. No caso dos produtos não estarem de acordo com as especificações e demais exigências deste Edital, o pagamento será retido em sua integralidade até que sejam efetuadas as alterações, retificações ou substituições determinadas. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Edital.

17.5. Conforme Protocolo ICMS 85/2010, que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pela contratada de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em todas as compras realizadas pelos municípios, o fornecedor deverá enviar para o e-mail [nfe@comusa.rs.gov.br](mailto:nfe@comusa.rs.gov.br) a Nota Fiscal Eletrônica referente à compra do produto realizada pela Autarquia.

## **18 – RESCISÃO**

18.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

## **19 – PENALIDADES**

19.1. Se o licitante ensejar o retardamento da execução do certame, apresentar documentação inverossímil exigida para o certame, não mantiver a proposta, lance ou oferta, recusar-se a celebrar o contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a COMUSA, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado e das demais cominações legais.

19.2. A inexecução das obrigações decorrentes do presente Pregão ensejará a aplicação de sanções, de acordo com o que estabelece o artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, ao contratado serão aplicadas as sanções elencadas pelo art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, isoladas ou cumulativamente, nos termos da referida norma, sendo que, para tais efeitos, é estabelecido que a multa corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado, em caso de inadimplemento parcial, e, a 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado em caso de inadimplemento absoluto, sem prejuízo das demais sanções elencadas pela citada Lei Federal nº. 8.666/93.

19.4. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

19.5. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no Empenho, serão considerados rescindidos os itens vencidos pela empresa inadimplente, aplicando-se multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor global atualizado.

19.6. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUSA.

19.7. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, garantida a ampla defesa e o contraditório ao fornecedor.

19.8. Nenhuma responsabilidade recairá sobre a COMUSA por eventuais perdas e danos oriundos de danos causados a terceiros, por culpa ou dolo do contratado e seus prepostos.

## **20 – GESTOR**

20.1. A COMUSA designa o servidor Márcio Martinez Kutscher, Engenheiro Eletricista, matrícula nº. 235, como gestor da aquisição.

## **21 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

21.2. A critério da COMUSA, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.3. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº. 8.666/93.

21.4. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores da COMUSA, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), ou pelo telefone (51) 3036-1121, ou junto a Coordenação de Suprimentos da COMUSA, situada na Avenida Coronel Travassos, nº. 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h15min às 17h15min.

21.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6. A COMUSA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

21.7. A presente licitação rege-se pelas Leis Federais nº. 8.666/93 e 10.520/02, Decretos Municipais nº. 2.159/05 e 2.220/05, e Lei Complementar nº. 123/2006, sendo declarado competente o Foro desta Comarca para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação.

**22 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. Os recursos financeiros correrão à conta dos créditos abaixo discriminados:

Código Reduzido:	1717
Órgão:	23 – COMUSA
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	1133 – Modernização e Expansão do SAA
Vínculo:	400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	344905239000000 – Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos

Novo Hamburgo, 19 de outubro de 2018.

**Luciana Moraes**  
Pregoeira

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018 – COMUSA  
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

O presente Termo de Referência trata da aquisição de inversores de frequência com a finalidade de substituir ou constituir peça sobressalente a unidades existentes em Estações vinculadas aos processos do SAA (Sistema de Abastecimento de Água).

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1.** Os produtos relacionados na Tabela 1 deverão, obrigatoriamente, atender a todas as especificações técnicas exigidas pela COMUSA:

**Tabela 1.** Especificações dos produtos

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
1	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 3HP	1	Unid.	Vide subitem 2.2
2	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 5HP	1	Unid.	Vide subitem 2.3
3	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 7,5HP	1	Unid.	Vide subitem 2.4
4	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 10HP	1	Unid.	Vide subitem 2.5
5	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 15HP	1	Unid.	Vide subitem 2.6
6	INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 30HP	1	Unid.	Vide subitem 2.7

**2.2. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 3HP**

2.2.1. Aplicação: Acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

2.2.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 5A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;
- d) Potência: 3CV (2,2kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

2.2.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;

- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

#### 2.2.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase;
- e) Sobretemperatura no inversor de frequência;
- f) Sobretemperatura no motor; e
- g) Sobrecarga (IGBTs e motor).

#### 2.2.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;
- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

#### 2.2.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de 9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

#### 2.2.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;
- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

### 2.3. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 5HP

2.3.1. Aplicação: acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

#### 2.3.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 9,3A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;

- d) Potência: 5CV (4kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

2.3.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;
- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

2.3.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase;
- e) Sobretemperatura no inversor de frequência; e
- f) Sobretemperatura no motor, sobrecarga (IGBTs e motor).

2.3.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;
- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

2.3.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de 9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

2.3.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;
- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

## 2.4. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 7,5HP

2.4.1. Aplicação: Acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para  
*Pregão Eletrônico nº. 031/2018 – Aquisição de inversores de frequência*

controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

#### 2.4.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 12,7A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;
- d) Potência: 7,5CV (5,5kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

#### 2.4.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;
- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

#### 2.4.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase;
- e) Sobretemperatura no inversor de frequência;
- f) Sobretemperatura no motor; e
- g) Sobrecarga (IGBTs e motor).

#### 2.4.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;
- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

#### 2.4.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de 9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

#### 2.4.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;

- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

## 2.5. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 10HP

2.5.1. Aplicação: acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

2.5.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 16 A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;
- d) Potência: 10CV (7,5kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

2.5.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;
- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

2.5.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase;
- e) Sobretemperatura no inversor de frequência;
- f) Sobretemperatura no motor; e
- g) Sobrecarga (IGBTs e motor).

2.5.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;
- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

2.5.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de

9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

#### 2.5.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;
- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

## 2.6. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 15HP

2.6.1. Aplicação: acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

#### 2.6.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 23,5 A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;
- d) Potência: 15CV (11kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

#### 2.6.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;
- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

#### 2.6.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase;
- e) Sobretemperatura no inversor de frequência;
- f) Sobretemperatura no motor; e
- g) Sobrecarga (IGBTs e motor).

#### 2.6.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;
- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

#### 2.6.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de 9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

#### 2.6.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;
- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

## 2.7. INVERSOR DE FREQUÊNCIA TRIFÁSICO 30HP

2.7.1. Aplicação: acionamento de motor elétrico de indução trifásico de 2 a 4 pólos para controle de bombas centrífugas (torque quadrático).

#### 2.7.2. Especificação elétrica geral:

- a) Tensão de rede: 380 V (+/-10%);
- b) Corrente nominal (In) de saída: maior igual a 44A;
- c) Regime de sobrecarga normal: maior igual a 110%In por 1 min.;
- d) Potência: 30CV (22kW);
- e) Frequência da rede: 60Hz; e
- f) Frequência de saída: 0 a 60Hz.

#### 2.7.3. Regulação, controle e demais condições operacionais:

- a) Frequência de comutação selecionável: 2 a 10kHz;
- b) Método de controle: escalar V/f;
- c) Faixa de regulação de velocidade: melhor igual a 1 : 20;
- d) Grau de proteção: melhor igual a IP20;
- e) Temperatura máxima de operação: 50 °C;
- f) Rendimento maior que 95% referido à carga e frequência nominal; e
- g) Ajustes de rampas de aceleração e desaceleração: 0,1 a 300 segundos.

#### 2.7.4. Proteções:

- a) Sobrecorrente/curto-circuito;
- b) Limitação de corrente;
- c) Sub/sobretensão no circuito de potência;
- d) Falta de fase, sobretemperatura no inversor de frequência;
- e) Sobretemperatura no motor; e
- f) Sobrecarga (IGBTs e motor).

#### 2.7.5. Interface Homem Máquina (IHM) deve permitir:

- a) Comando de liga/desliga;
- b) Determinação da frequência de operação;

- c) Parametrização geral; e
- d) Supervisão geral do motor (rotação (RPM), frequência (Hz) de saída, potência (kW) de saída, tempo de funcionamento, corrente de saída, tensão de saída, indicação de estado, alarmes e memória de erros e falhas).

#### 2.7.6. Interfaces de campo:

- a) Tensão de comando 24 Vcc a ser fornecido pela fonte do inversor de frequência (capacidade mínima de 100 mA);
- b) Disponibilidade mínima de 4 entradas de sinais digitais programáveis e de 2 saídas de sinais digitais a coletor aberto (24Vcc/50mA) ou a relé multifunção (NA/NF 24Vcc/1A);
- c) Disponibilidade mínima de 1 entrada para sinais analógicos na escala 4-20 mA (mínimo 10 bits) e de uma saída para sinal analógico na escala 4-20 mA;
- d) Função de controle PI (Proporcional & Integral) com constantes ajustáveis; e
- e) Porta de comunicação RS485 (velocidade de comunicação selecionável a partir de 9600bps, half duplex, formato de dados 8N1 sem paridade) com protocolo Modbus RTU.

#### 2.7.7. Normas:

- a) UL 508C;
- b) Proteção melhor igual a classe 3C2 IEC 60721-3-3;
- c) IEC 61000-4-2;
- d) IEC 61000-4-3;
- e) IEC 61000-4-4;
- f) IEC 61000-4-6;
- g) EN/IEC 61800-3; e
- h) EN/IEC 61800-5-1.

**2.8.** O(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) entregar, junto com os documentos de habilitação, os catálogos e os manuais técnicos referentes às propostas de fornecimento, para verificação de conformidades.

**2.9.** A critério da COMUSA, poderá ser exigido dos respectivos fornecedores apresentação de atestados ou certificados de conformidade técnica dos respectivos produtos com relação às normas citadas nas descrições técnicas expedidos por laboratórios ou órgãos acreditados pelo INMETRO.

**2.10.** Os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos em seu estado original de fabricação, ou seja, não será admitido o fornecimento de unidades remanufaturadas, reparadas ou semiutilizadas.

### **3. CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1. PREÇOS:** Os preços apresentados na proposta deverão estar expressos em REAIS (R\$) e serão finais, incluídos todos os encargos a eles inerentes.

**3.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** em até 15 dias, a contar do recebimento definitivo dos produtos pelo gestor da COMUSA (atestos das Notas Fiscais).

**3.3. PRAZO DE ENTREGA:** O prazo de entrega será em até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.

**3.4. PRAZO DE GARANTIA:** 1 (ano), a contar do recebimento definitivo dos produtos.

**3.5. IMPOSTOS:** Todos os impostos, despesas e encargos incidentes sobre o(s)

produto(s) deverão estar inclusos no(s) preço(s) final(is) do(s) mesmo(s).

**3.5.1.** A empresa fornecedora, na elaboração do preço dos produtos, deverá considerar que a COMUSA não é contribuinte do ICMS, devendo ser tributada dessa forma.

**3.6. TRANSPORTE:** O transporte, a carga e a descarga do(s) produto(s) são de responsabilidade do fornecedor.

**3.7. LOCAL DA ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado da COMUSA, localizado na Av. Coronel Travassos, nº. 287, bairro Rondônia, na cidade de Novo Hamburgo/RS, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

**3.8. EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE:** Os produtos deverão obrigatoriamente atender às especificações técnicas deste TR, bem como estar em plenas condições de uso. Em caso de desconformidade com as especificações técnicas ou defeito de fabricação, os materiais deverão ser imediatamente substituídos sem ônus para a COMUSA e no prazo a ser definido pela Equipe Técnica da Autarquia.

**3.9. NOTAS FISCAIS:** As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do relatório de recebimento, devidamente assinado e carimbado pelo servidor responsável.

**3.9.1.** Conforme Protocolo ICMS 85/2010, que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pelas empresas contratadas de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em todas as compras realizadas pelos municípios, os fornecedores deverão enviar para o e-mail nfe@comusa.rs.gov.br a NF-e referente a cada compra de material realizada pela COMUSA.

**3.10. ADJUDICAÇÃO:** menor valor unitário por item.

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018 – COMUSA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**Pregão Eletrônico nº. 031/2018 – COMUSA**

O licitante signatário, para fins de participação no Pregão Eletrônico em epígrafe, declara, sob as penas da Lei, que não existem fatos supervenientes à data de apresentação dos documentos exigidos no item 09 do Edital, que venham a impossibilitar a sua habilitação na presente licitação, já que continuam satisfeitas as exigências contidas no art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Declara, outrossim, que recebeu o Edital e seus Anexos, e que tomou conhecimento de todas as informações relativas ao certame e respectivo objeto, bem como concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital, das especificações técnicas e ANEXOS que o integram, dos termos do contrato a ser firmado e que durante o prazo de execução do objeto manterá todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei.

(Local e data): \_\_\_\_\_

(Representante legal): \_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura)

**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018 – COMUSA**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V DO ART. 27 DA LEI**  
**FEDERAL Nº. 8.666/93 E AO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**  
**(MÃO DE OBRA DE MENORES)**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V DO ART. 27 DA LEI FEDERAL Nº.**  
**8.666/93 E AO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MÃO DE**  
**OBRA DE MENORES)**

**Pregão Eletrônico nº. 031/2018 – COMUSA**

..... (nome da empresa), inscrito no CNPJ sob o nº. ...., por intermédio de seu representante legal, Sr(a). ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº. .... e do CPF nº. ...., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (\_\_\_).  
**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

(Local e data): \_\_\_\_\_

(Representante legal): \_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura)

**ANEXO IV**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 031/2018 – COMUSA**  
**MODELO DE TERMO DE GARANTIA**

**TERMO DE GARANTIA**

**Pregão Eletrônico nº. 031/2018 – COMUSA**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, para fins e efeitos da Lei Federal nº. 8.666/93, combinada com a Lei nº. 8.078/90, DECLARA:

1. Sem prejuízo da responsabilidade penal a que vier dar causa, a **CONTRATADA** dá garantia do produto, pelo prazo de **12 (doze) meses**, consoante dispõe a Lei nº. 8.078/90, contados do recebimento definitivo dos produtos, durante o qual subsistirá sua responsabilidade.

- a) pela solidez, segurança e quantidade do objeto contratado;
- b) pela eleição e emprego dos insumos e/ou matérias-primas utilizadas;
- c) pelos danos pessoais e materiais causados à **COMUSA** e aos seus servidores, bem assim a terceiros em geral, por empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, verificados durante a vigência da contratação, ou dela decorrentes;
- d) pelo pagamento de todas as quantias devidas e/ou decorrentes de mão de obra, assistência técnica, materiais, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, deslocamentos, transporte e descarga, alimentação, instalações, equipamentos, seguros, licenças, dentre outros, pertinentes à execução do objeto contratado, à sua substituição e a reparação do mesmo;
- e) pelos defeitos e imperfeições verificados nos produtos fornecidos – total e/ou parcialmente, não relacionados com a segurança e solidez do objeto contratado;
- f) pelos danos causados por fato do produto ou vício oculto, a contar da verificação do dano.

2. A garantia implica em imediata substituição do produto que não atender às especificações exigidas, sem qualquer ônus para a **COMUSA**, bem assim imediato ressarcimento de todo e qualquer dano causado à **COMUSA** e/ou aos seus servidores.

3. O prazo para reparação dos defeitos, danos, riscos, imperfeições e/ou substituições, será definido pela Equipe Técnica da COMUSA, considerando a gravidade, complexidade e potencialidade de risco dos prejuízos ocorridos.

Novo Hamburgo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(Representante legal): \_\_\_\_\_

(Carimbo e assinatura)